ANO 5.º — Sexta-feira, 7 de Junho de 1912 — NUMERO 224

O DEMOCRATA (AVENÇA)

SEMANÁRIO REPUBLICANO RADICAL D'AVEIRO

ASSINATURAS (pagamento adiantado)
Ano (Portugal e colónias) . . . . 1$200 réis
Semestre . . . . 600 réis
Brasil e estranjeiro (ano) moeda forte . . 2$500 réis
Avulso . . . . 20 réis
REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO, R. Direita, n.º 108

DIRECTOR E EDITOR — ARNALDO RIBEIRO
Propriedade da Emprêsa do DEMOCRATA
Oficina de composição, Rua Direita—Impresso na tipografia de José da Silva, Praça Luís de Camões

ANÚNCIOS
Por linha . . . . 40 réis
Comunicados . . . . 20 réis
Anúncios permanentes, contracto especial.
Toda a correspondência relativa ao jornal, deve ser dirigida ao director.

URGE SELECCIONAR E CASTIGAR

A conduta dos tribunais a que tem estado afecto o julgamento dos conspiradores, absolvendo dezenas e dezenas de individuos, tem envolvido numa esfera de repulsão e hostilidade contra esses tribunais, a consciencia dos verdadeiros republicanos, de todos os cidadãos que, sem etiquêtas de partido, são antes de tudo, patriotas.

O procedimento dos tribunais saiu já do campo das provocações a sério, para tombar nos dominios da troça, em que a falta de pudor e o esquecimento da propria dignidade só é excedida pelo perverso acinte de dificultar a vida das instituições republicanas.

Não ha memoria dum abandalhamento tão completo na existencia dos nossos tribunais; do seu registo não constam injustiças tão revoltantes e numerosas como as que se tem exibido á luz do dia, perante a consciencia de todos os homens sérios, e sob a vigencia de instituições que devem, acima de tudo, ser vivificadas por uma atmosfera de justiça que a todos por igual beneficie.

Se ha dois anos quando ainda os republicanos roiam o negro e duro pão da oposição, e que estes eram vitimas das doidas arremetidas da monarquia, que jogava as derradeiras balas, na ancia de se defender; se então nos viéssem dizer que a Republica, após ano e meio de existencia, por imprevidencia e descuido, acalentaria no seu seio um inimigo, sob o rotulo de independente—o poder judicial—por éla pago e garantido; que êle havia de cobri-la de insultos, aluir-lhe os fundamentos, ridicularisando-lhe os seus assomos de justiça e austeridade; se um tal vaticinio nos causticasse os ouvidos antes do glorioso 5 de Outubro, as nossas convicções não seriam, nem de leve, abaladas, porque semelhante prognostico era para nós tão realisavel, como a possibilidade de sustar, por um momento, o movimento da terra.

Mas, infelizmente, as cousas são o que são, e contra a sua existencia não é licito argumentar. Esfregâmos os olhos na suspeita de que algum pesadêlo nos ofusca a razão, inquirimos, absorto, se em plena Republica monstruosidades tão alarmantes são uma realidade, e, feita luz no nosso espirito, sômos forçado a engrossar as jubilosas demonstrações dos inimigos da republica com os protestos da nossa consciencia, revoltada contra a inércia e imprevidencia de uns e a audacia insolente doutros.

Como é que a Republica entregou o que éla tem de mais vital e essencial á sua existencia, ao criterio de tribunais em que fala a consciencia monarquica pela bôca dos juizes?

Que republica de lunaticos, é essa que tem por defensores dos seus encarniçados inimigos os velhos paladinos da monarquia?! Que republica é essa que não seleciona a preceito e não castiga a rigor?

Que temivel cobardia é essa que não consente um extremecimento de revolta contra tão grandes e repetidos enxovalhos? Talvez que estas perguntas tenham cabal explicação na demasiada confiança que os republicanos depositaram em si, tão propria de senhores que ainda ha pouco, numa subalternidade cheia de perigos, suportavam as duras contingencias do ostracismo politico. Realisado porém o seu ideal, arbitros dos destinos de um povo, adormeceram, inebriados, á sombra fagueira dos louros colhidos, na doce satisfação de um pouco de vaidade, o que á mistura com a brandura tão propria da nossa indole, deu em resultado assistirmos a este triste espectaculo—essa atitude desconsoladora, de cansaço prematuro, perante a conduta, já ameaçadora, dos inimigos das instituições. E esta inércia e imprevidencia teve como fatal consectario a exteriorisação, sem rebuço, dos criminosos intuitos dos inimigos da Republica que se tem mostrado mais audaciosos do que os republicanos nos ultimos tempos da monarquia.

Urge, pois, quanto antes, que os dirigentes da Republica, todos os que néla empenharam alguma parcela do seu esforço e lhe fizéram o sacrificio da sua vida, abatendo bandeiras que, por emquanto, são as signas de extemporanias ambições e vaidades pessoais, bivaquem á sombra de um só labaro bemdito—que é a unificação de todas as nossas energias, desperdiçadas em lutas estereis, no intuito de tornar a Republica forte e respeitada pela honestidade nos seus processos de administração, seleccionando com consciencia e castigando com rigor, sem menoscabo da justiça.

S.

Coisas & tal

Crise

Depois duma votação no Parlamento que toda a gente supoz ser de confiança ao govêrno e que por isso êle se manteria, eis que surgem dificuldades e conjuntamente a declaração da crise ministerial em virtude do que todo o ministério se acha demissionário nêste momento.

Sem querermos profundar os motivos que déram ensejo á subita reviravolta, deixem-nos ao menos ter este desabafo—a Republica, assim, caminha mal.

Muito mal.

Latidos

Não se cança a canzoada leprosa de nos ladrar aos calcanhares e em constantes arremetidas, que nunca nos metêram mêdo porque caminhâmos na vida a passo firme, pretender atingir-nos com a baba que lhe escorre do focinho, como se fosse possivel, aos cachôrros, tocar, sequer, no salto da bota...

Déssemos-lhe nós uma côdea...

O "heroi„

Anunciam os jornaes do Porto estar marcado para o dia 17 o julgamento de Paiva Couceiro, chefe das hostes realengas, que responde pelo crime de rebelião.

E' caso para lhe anteciparmos parabens pelo seu feliz regresso á Patria querida...

Unico

Os venerandos juizes da Relação, procedendo ao julgamento dos implicados nos roubos do Credito Predial, absolveram-nos a todos á exceção do guarda livros Quintéla, que é quem tem de arrostar, pelo visto, a carga toda com as responsabilidades.

E digam lá que não, que a justiça em Portugal não é ainda a mesma com que a monarquia contáva para proteger os gatunos *elegantes* e de *consideração*... no paço.

Será désta?

Noticias de Hespanha dão agora como cérta a intervenção do govêrno quanto á permissão, na fronteira, dos emigrados politicos portuguêses, que, como se sabe, ali teem manobrádo livremente contra a estabelidade das instituições, sob o comando de Paiva Couceiro e outros bandidos de egual jaez, dizendo-se que vão ser internádos confórme perceitúa o codigo do direito internacional.

Se assim acontecesse não era sem tempo que a farça acabava; mas como nem tudo que vem de *nuestros ermanos* se póde acreditar, têmos que não será désta ainda que Canalejas se resolve a dar cumprimento ás reclamações da parte liberal do visinho reino.

Fossem, os emigrados, republicanos...

Assim mesmo

O nosso coléga *Noticias de Cantanhede* combate no ultimo numero determinádos abusos que vinham sendo praticádos no concelho por funcionários públicos, entre os quaes cita o do pagamento de 200 reis por cada participação para mudança de predios, e fal-o possuido de tanta sinceridade em prestar esse magnifico serviço aos contribuintes, que não podêmos deixar de o felicitar por tão justa campanha

E' assim, colêga, é assim que se moralisa, falando claro e sem temôr pelas censuras que nos possam advir da corja que contra nós arreganha a dentuça.

Atracção

Existem *jornalistas* que sentem o maior prazer de esgrimir tambem no *campo* e de aí a constante preocupação do desafio para esse local onde parece se encontrar mais á vontade.

E' que realmente no *campo* ha mais ar, mais luz e... mais verde... que os atráe...

O DEMOCRATA

Vende-se agora no **Kiosque Pereira**, junto ao mercado do Côjo.

ENSINAMENTOS

"Portugal é um organismo intoxicado. Conserval-o no meio em que está é matal-o. Aplicar-lhe uma mudança de ares, é salval-o. E' preciso sanear a atmosféra, removendo o entulho monarquico e o guano clerical que estão a fermentar. A operação é dificil? Sem duvida, mas é preciso realisal-a o mais depressa possivel, com energia implacavel.„

Antonio José de Almeida.

(Da *Alma Nacional*).

Subscrição

aberta pelo *Democrata* para a compra duma bandeira que, por iniciativa do *Grupo Defeza da Republica de Aveiro*, deve ser ofertáda ao regimento de infanteria 24 aquarteládo nésta cidade:

Transporte	1$000
João Pedro Soares	500
Alfredo Lima Castro	2$500
Antonio Pereira da Luz	1$000
Manuel Pereira da Silva (Angeja)	2$500
Dr. André dos Reis	1$000
José da Fonseca Prat.	500
Alfredo Osorio	1$000
Dr. Alberto Ruéla	500
Alberto João Rosa	1$000
D. Maria Georgina Cabecinha	200
Antonio Maria Ferreira	1$000
Dr. Abilio Marques	1$000
D. Maria da Conceição Feio	200
Dr. João Feio Soares de Azevedo	1$000
D. Georgina Cabecinha	200
Dr. Eduardo Moura	1$000
D. Clotilde Cabecinha	200
Soma	16$300

A CONSPIRAÇÃO

Um oficial da guarnição de Aveiro que deserta—Conluios secrétos—O que fazem as autoridades?

Positivamente isto não póde continuar da maneira que está e mal vai á Republica se um govêrno forte não vem pôr côbro a este estádo de coisas meten o na ordem aquêles que, com o maior descáro, tripudiam sobre a generosidade com que teem sido tratados e quasi ás escancaras se concértam para de novo secundárem o movimento urdido por Paiva Couceiro contra as instituições, anunciádo para bréve, e com segurança, posta a viabilidade do seu exito.

E' extraordinário o que se passa sem que o govêrno, sem que as autoridades tomem medidas de defeza tendentes a evitar uma conflagração, que, a dar-se, bem cara hade custar aos que procuram todos os meios de hostilisar o novo regimen provocando a cada passo os elementos liberaes do país e contra êles despendindo toda a casta de impropérios nos jornaes e em panflêtos, que distribuem quasi diariamente, crentes da sua impunidade, como que senhores já disto tudo devido ás aguas mornas dos ultimos ministérios, os principaes responsaveis pelo que até hoje se tem passádo.

E não querem que protestêmos? Que nos revoltêmos contra a fórma criminosa como se tem descurádo a defeza da Republica? Não; isso não está no nosso temperamento nem aquêles que sincéramente, devotadamente amam as instituições que teem por simbolo a bandeira verde e encarnada, o devem fazer sob pena de cumplicidade com os verdadeiros responsaveis pelo estado de inação e abandono a que foi votada a causa para o estabelecimento da qual tantos se sacrificáram e comprometêram.

E' de mais. Em toda a parte se conspira, em toda a parte se trama contra o existente, mas nem o govêrno nem as autoridades disso teem conhecimento ou querem saber, tal a indiferença com que olham para o bem estar dos seus concidadãos embora com direito a terem essas e outras regalias.

Pois quê? Não será, por ventura, um caso sintomático o desaparecimento subito do alferes de infanteria, Augusto Borges de Campos, que desde março ultimo nésta cidade fazia serviço na sua qualidade de adido ao regimento n.º 24? Não será sintomático que na vespera da sua retirada de Aveiro para Espanha, onde se diz estar, isto é, no dia 30 de maio, êle se tivésse entendido com individuos estranhos que aí viéram e que tambem falaram, antes de retirar-se, com outras pessoas de quem a Republica só tem recebido agravos?

Sr. Governador Civil: de novo estâmos em face de casos grâves que a fuga do alferes Campos nos revéla e as constantes reuniões de *talassas* claramente nos indicam. Estará v. ex.ª disposto a intervir com energia e o govêrno a auxilial-o na sua acção contra os inimigos da ordem e das instituições? E' o que nos resta saber, porque entendêmos não ser licito deixar cair outra vez nas mãos dos causadores da nossa ruina financeira, o velho Portugal de gloriosas tradições, que ha perto de dois anos se emancipou da tutéla humilhante dos Braganças.

QUEDA MINISTERIAL

Em face da crise

A' hora que escrevemos nada ha de positivo sobre a formação do novo gabinete que deve suceder ao que, apezar duma moção de confiança ha dias votada por grande maioria na Câmara dos Deputados, deixa as cadeiras do poder, contra tudo que havia a esperar e a surpreza geral do país!

Exclusivamente republicanos, desligados por absoluto de compromissos com qualquer chefe ou representante dos nucleos que com tão pouco senso politico estão produzindo amiudadas substituições de ministerios, que afinal deixam o poder, não por dificuldades do proprio poder, mas por subitas e variadas fórmas de julgar dos taes referidos nucleos, habilitados por isso nos achamos com todo o desassombro, a condenar actos que julgâmos perniciosos e absolutamente improdutivos para o país e para a Republica.

Que esta não estava sendo defendida com o indispensavel criterio e afinco, a não ser pela pasta da justiça, ainda que em alguns casos fôsse manifesta a sua brandura, e exceção tambem feita ao ministerio da guerra, é absolutamente incontestavel.

Mas a razão que agora se invocou para impôr a saida do ministro do interior, devia ter sido lembrada, quando ha dias foi votada a moção aludida.

Não faz sentido que, quem nos mereça, poucos dias antes, absoluta confiança, sem a prática de acto algum que para isso concorra, passe a desmerecel-a horas depois. E dizemos sem a prática de qualquer acto menos politico ou patriotico, porque vêmos na acusação feita ao ministro do interior referir apenas o seu antigo e conhecido abandono pela defeza que as instituições precisam, razão que quando do voto de confiança dada ao ministerio já deveria existir, mas de que ninguem se lembrou nem a isso aludiu.

Da situação cabe contudo inteira responsabilidade ao grupo democratico e a não ser que por altas razões de estado, que desconhecemos, ou ainda porque da inesperada situação advenha para o regimen proveitoso futuro, o gesto de reprovação geral foi recair intacto sobre esse grupo, que sendo, todavia, certo ser o unico que tem trabalhado e vivido mais a dentro do velho programa do partido republicano, creou désta vez um grâve embaraço ao país, que mais do que nunca precisa da coesão, da unidade e do esforço comum e egual de todos os seus homens.

Não temos a menor sombra de duvida e se a memoria nos não falha, já aqui o consignámos, de que no momento em que o mais leve perigo de facto ameaçasse a Republica, todos os divergentes de hoje, enfileirariam na sua defeza.

Mas o que muito necessario se torna é que, pondo-se de parte preconceitos, para todos haja, sem exceção, apenas um objetivo—a Patria—apenas um fim—o prestigio das instituições, a solidificação do regimen. Terá o nosso aplauso todo aquêle que, inspirando-se no bem do país e na moralidade pública, assim proceda.

Contra este estado de cousas ocasionadas inconstitucionalmente por motivos que com bôa verdade não colhem, protestâmos com toda a energia e comnosco todos quantos acima de tudo colocam os interesses nacionaes e o bom nome dêste abençoado torrão.

Uma das causas geradoras da fraqueza parlamentar do passado regimen foi a série numerosa de *patrulhas* que a ambição desmedida de uns e a má orientação politica de outros creou, chegando-se até á subdivisão dêsses grupelhos, pois os seus chefes viam-se forçados a ouvir por sua vez aquêles que mais força numerica de votos representávam!

Compreendemos que não são para desprezar os mais rudimentares regras politicas, constitucionaes.

Quem não tem apoio parlamentar não governa; mas cabe aqui perguntar se pela constituição politica da atual câmara poderá o país tolerar esta continua giga-joga, permitam-nos o termo, com grâve prejuizo da sua administração, defeza e discussão dos principaes diplomas de alto interesse nacional e de estreitas rela-

ções com as bases fundamentaes dessa propria constituição.

Diz-nos a sabedoría das nações que *para grandes males grandes remedios* e quasi que estamos na definitiva resolução de aconselhar aos que governam bem, conscienciosa e moralmente, que o façam sem se prenderem com as votações que, triste é dizêl-o, não podem ou não devem impedir a sua taréfa administrativa, porque essas votações só representam sonhos romanticos de Antonio José de Almeida, gestos autoritarios de Brito Camacho ou um excesso de força de Afonso Costa!

E' preciso que não sucêdam improficuas sessões consecutivas, com consumo apenas de debatida rétorica e demonstração de forças ás ordens dos varios chefes que se arvoraram, sob a sua propria e exclusiva indicação, dirigentes de nucleos que contam, como o do famoso sr. Brito Camacho, quatorze adeptos e os não menos famosos independentes—oito ou dez!!

Incontestavelmente não se póde prolongar tal situação; e ninguem condéne ámanhã o chefe da nação se, como medida salvadora e indispensavel, fechar por largo periodo o Parlamento, suspendendo estas constantes e evidentes demonstrações de tão pouca orientação e patriotismo.

Será uma violencia? Talvez; mas ha meios que justificam os fins!

Póde-se, sem exagero, afirmar, que se não toma a mais insignificante medida de defeza nem de repressão para toda a sorte de propaganda e ofensa contra as instituições. Desrespeita-se o regimen e contra êle se tenta sem rebuço. Despronuncia-se e absolvem-se confessos criminosos; toléram-se os mais declarados inimigos da Republica no desempenho dos mais altos cargos e serviços déssa mesma Republica; prendem-se e submetem-se ás mais vexatorias e vergonhosas situações os mais afincádos defensores do regimen que é, afinal, o seu proprio perseguidor e, em quanto nenhum remedio a isto se dá, mais se baralha a situação com surprezas politicas e habilidades de ha muito banidas entre os homens de outros paizes, habituados por principio e por patriotismo a mais servir, de preferencia, a Patria do que fazer vingar os seus caprichos e as suas teimosías.

Póde isto continuar assim? Havêmos de concordar que é impossivel pelo enorme prejuizo que acarreta ao país uma situação désta natureza e mesmo pelo mau aspecto com que lá fóra, no estrangeiro, nos hão-de encarar quando tivérem conhecimento do que por cá se passa.

Mas desde que a crise se não poude evitar, ao menos que o novo ministério seja escolhido dentre os homens de maior prestigio no antigo partido republicano, que tenham os olhos fitos na Patria e a éla queiram dar, com desinteresse e abnegação, o quanto se torna necessário nêste momento—energia, capacidade e ordem.

Um grande acontecimento

E' cérta a vinda da companhia do *Teatro Avenida* a esta cidade nos proximos dias 17 e 18 de Junho. Aveiro vae, pois, ter ocasião de aplaudir a nossa melhor companhia de operêta, e apreciar as duas mais inspiradas composições de Franz Leaar, *Amor de Principe* e *Casta Suzana*.

Não ha talvez hoje quem não tenha lido as mais elogiosas apreciações que toda a imprensa tem feito da *Casta Suzana*. E' esta a prova mais significativa do sucesso que, em toda a parte, obtem a alegre operêta, que pela sua graciosidade, surpreendentes situações dum comico pouco vulgar, linda musica, deslumbrante scenario e riquissimo guarda-roupa, constitue, sem duvida, o melhor, mais alegre e atraente espectaculo que póde imaginar-se.

Por isso a *Casta Suzana* conta as récitas pelas enchentes, quer em Lisboa, Rio de Janeiro e Porto, por toda a parte emfim onde éla é representada, o que nos faz prever que o nosso teatro será pequeno no dia em que a feliz operêta aqui subir á scena.

Do *Amor de Principe* basta dizer-se que no ano passado, posto em scena no *Avenida* e no *Trindade*, com um esplendor pouco vulgar, a encantadora operêta vienense deu perto de 200 representações seguidas. A musica é tão béla e tão alegre, que não ha no país canto algum onde éla não tenha chegado.

A companhia apresenta-se completa, trazendo todo o luxuoso scenario e guarda-roupa, 24 coristas, um corpo de baile composto de 8 bailarinas e uma excelente orquestra do Porto sob a regencia do laureado maestro D. Tomaz Del-Negro.

E' facil, depois de tudo isto, prever duas colossaes enchentes, e por isso aconselhâmos os nossos leitores a que se previnam a tempo com bilhete, se quizérem, porque nos consta que poucos já restam por passar.

Não havendo no nosso theatro iluminação electrica, sabemos que vae ser consideravelmente aumentada no palco a iluminação a bicos incandescentes, para melhor realçar o scenario em que Eduardo Reis, pae e filho, pozéram todo o seu gosto artistico.

Sessão da Comissão Administrativa Municipal d'Aveiro, de 30 de maio de 1912.

Presidencia do sr. dr. Luiz de Brito Guimarães, assistindo os vogais Manuel Augusto Silva, Pompilio Simões Souto Ratola, Vicente Rodrigues da Cruz, Sebastião Pereira de Figueiredo e Manuel Rodrigues Teixeira Ramalho.

Acta aprovada em minuta e assinada, em seguida ao que fôram presentes e deferidos os requerimentos de Albano da Costa Pereira, désta cidade; de Joaquim Fernandes de Carvalho, da Povoa do Valado; de Francisco Marques do Raso, de José Marques de Bastos, ambos de Taboeira e de José da Costa Jacinto, de Verba, todos para construções;

De Anselmo Ferreira, désta cidade, para canalisação de aguas, que a comissão deferiu tambem, mas sem prejuiso de terceiros e com a condição de proceder aos trabalhos no praso improrogavel de 15 dias contados da data em que á câmara fôr comunicado o seu começo;

De Guilherme Augusto Pinto para tomar para o seu serviço domestico uma internada do *Asilo-Escola, secção José Estevam*, que foi tambem deferido.

Resolveu por unanimidade:

Mandar averbar a D. Maria Pereira Branco, D. Maria José Pereira Branco e José Pereira de Carvalho Branco, viuva e filhos de José Maria de Carvalho Branco, já falecido, as obrigações do resgate do mercado *Manuel Firmino* de numeros 391 e 392, que este possuia, e como se vê dos documentos que aquêles apresentaram, ficaram pertencendo uma á viuva e a outra aos dois filhos em comum e em partes iguais;

Deferiu o pedido da Sociedade *Recreio Artistico* désta cidade, para realisar dois festivais com entradas pagas no Passeio Público, visto o seu produto ser para fins filantropicos, sendo um no mez de julho e a outro no mez de agosto proximos;

Vender em hasta publica a madeira velha e inutil da ponte da Fonte Nova désta cidade e as pedras provenientes da demolição da base do Cruzeiro da rua do Adro de baixo, em Eixo;

Julgar bom o comportamento moral e civil do cidadão Alfredo Dias Morgado, de 17 anos de edade, filho de José Dias Morgado, residente no logar e freguezia de Eixo, dêste concelho;

Aceitar em virtude do oficio da autoridade administrativa, os dois menores Victor Manuel e Maria Tereza, que se encontram inteiramente abandonados pelo falecimento de sua mãe.

Havendo o sr. presidente declarado que a direcção do *Teatro Aveirense* o tinha procurado para se transacionar uma troca do terreno nas trazeiras do edificio municipal onde está instalada a *Associação Humanitaria de Bombeiros Voluntarios* que pertence áquéla sociedade pela pequena casa que se encontra entre o edificio do teatro e o da câmara, dando terreno egual em valor, entendia que depois de pedida a necessaria autorisação superior lhe parecia não dever haver duvida alguma nésta troca. E acrescentando em seguida o sr. vice-presidente que havia até grande vantagem para o municipio, pois que a pequena casa da câmara estava em ruinas e que, assim, a grande ficava depois com um terreno anexo que lhe dava muito valor, resolveu a comissão fazer essa troca logo que para isso se ache autorisada, e que para a avaliação da casa e terreno a permutar, fôsse nomeada uma comissão de peritos para a qual por parte da Câmara nomeou o seu chefe de trabalhos, devendo a direcção do teatro nomear outro e os dois de comum acordo o de desempate.

Comunicou, por fim, o sr. presidente, que, tendo terminado ontem a inquirição das testemunhas que o cidadão Artur Pais indicára e a das que a comissão julgou dever ouvir na sindicancia a que, por solicitação do seu secretário, tem estado procedendo, convidára o referido cidadão Artur Pais a comparecer na Câmara Municipal, perante a comissão, e que;

Comparecendo êle pelas 21 horas, lhe declarou que era chegádo o momento em que devia apresentar as provas das acusações que formulára contra o sr. secretario désta câmara, dizendo o cidadão Artur Pais, então, que nada apresentava na presença do sr. Viriato Fernando de Souza por este senhor lhe não merecer confiança.

Disse mais que foi êle, presidente, quem propôz o sr. Viriato para secretario da comissão por lhe merecer toda a confiança, que não desmereceu ainda, e que a câmara resolva como melhor entender, abstendo-se êle, presidente, de fazer quaisquer considerações a não ser que não póde o sr. secretário continuar indefinidamente na situação em que se encontra.

O sr. presidente disse ainda que podia desde já declarar, autorisado pelos outros membros da comissão, que éla tinha ouvido todos os empregados da secretaría, quasi todos os presidentes e vereadores com quem o sr. secretario tem servido, e ainda as testimunhas que o proprio Pais indicára, e que nenhuma confirmou as acusações que se faziam, afirmando, pelo contrario, a maior parte délas, inclusivé as apresentadas pelo dito cidadão Pais, ser o sr. secretario um homem honrado e um funcionario honesto.

Pelo sr. vice-presidente foi dito que todo o homem honrado, quando tem acusações a fazer, as formúla seja deante de quem fôr e apresenta as provas que deve ter, logo que lhe são pedidas; palavras que a câmara aprova calorosamente, resolvendo manter a comissão tal como foi constituida, pois que éla é da sua inteira confiança, e

Por proposta do vogal, sr. Pompilio Ratola a Câmara resolveu ainda que, pela ultima vez, se oficie ao citado Artur Pais para no praso de 24 horas apresentar as provas das suas acusações, dando em seguida a sindicancia por terminada e que se comunique ao sr. secretario que, tendo cessado o motivo porque pedira a sua licença, o convida a reassumir as funções do seu cargo.

Mentindo sempre

Como demonstração do caracter de Jaime Silva, é bastante citár as infamias que esse cavalheiro publicou em carta dirigida ao *Dia*, vasadouro da bilis de todos quantos têm conspirado contra a Republica e contra os seus partidarios, e onde bolçáva, numa perfidia de canalhête, as mais réles falsidades para com todos aqueles que não eram seus correligionarios, mas de quem tinha recebido os maiores favores e considerações que não merecia.

Insultando canalhamente, como é costume seu fazer, ia até ao ponto de, descançando as mãos no chão, despedir, em largos gestos de quadrupede, as mais insultuosas referencias para quem tanto o beneficiou quando na Penitenciária de Coimbra, onde não lhe fizéram vestir, como devia ter sido, a roupa dos prisioneiros, mas deixando que ali estivesse com todas as regalías que não era dado usufruir a qualquer conspirador, inclusivé a êle, considerádo como traidor á patria.

Chegam-nos agora curiosos informes ácerca da vida que têve o miseravel na Penitenciária.

Mas para que forçoso se tornasse acreditarmos em todas as sandices que lançou na imprensa, nada afecta ao regimen que felizmente nos réje, éra bastante que todos quantos o visitaram não vissem a maneira como êle ali foi tratado durante a sua prisão a ponto de afirmar a esses, que lhe falavam, *que se achava ali melhor do que na Relação* e ainda mais: *que se de antemão tivesse conhecimento do tratamento que na Penitenciária tinha, havia pedido para ser transportado para ali, logo apoz a sua ida para o Porto.*

Isto repetia êle invariavelmente a todas as suas visitas. E assim era. Pois em que cadeia do país tinham os conspiradores visitas até á hora que pediam? Na Penitenciária a hora de visita era sempre das 12 ás 14 horas e os seus amigos, por vezes, estiveram ali até ás 16 e alguns até mais tarde, jantando com êle e com os outros conspiradores que o rodeávam; e isto porque êle, como um nogento e submisso reptil, pedia essas concessões, que sempre lhe eram deferidas por aquele que exercia o papel de director, na falta do dr. Pires de Carvalho. A familia essa então estáva sempre até ás 28 horas, e mais. E porque? Pela razão simples do hominho se dirigir á direcção e em modos ternos e chorosos pedir para que lhe fosse isso consentido, em razão de não desejar que sua mãe, velhinha como era, viesse para fóra e tivesse de esperar na rua a hora de ir para o comboio.

E era isso concedido ou não?

Era, com toda a afabilidade que caracterisa o dr. Francisco Pedro, concedendo tudo quanto humanamente se pode conceder. Será capaz de negar a afirmação destes factos aquêle a quem todo o povo aveirense conhece de sobejo já nas suas artimanhas, já nas falsas afirmações que faz em toda a parte?

Não! não o póde fazer. O que nos vale é conhecel-o bem para assim podermos avaliar das suas afirmações.

O resultado duma sindicancia

Como se confundem detratores —Processos vis—O que urge fazer

Na sessão da câmara de ontem foi apresentado pela comissão encarregáda da sindicancia ao secretário, sr. Firmino de Vilhena de Almeida Maia, o relatório dos trabalhos a que procedeu para se certificar da verdade das acusações que contra esse funcionário fôram publicádas num pasquim local onde rabiscam *jornalistas* varios, da escola Homem Cristo, concluindo serem inteiramente destituidas de fundamento todas as arguições lançadas a público por tão asqueroso papel.

Para elucidação dos nossos leitôres, publicâmos na integra o documento citádo, e que de alguma sorte contribue para cunfundir, amarrando-os ao pelourinho da sua infamia, os vis caluniadores da honra alheia.

Diz assim:

Temos a honra de apresentar-vos o processo da sindicancia a que por vossa ordem procedêmos.

Na sua organisação procedeu a Comissão com rigorosa imparcialidade, não despresando nenhum elemento que podesse esclarecel-a, analisando com cuidadosa atenção todos os documentos que lhe fôram indicados como podendo constituir prova, e que encontrareis apensos, e ouvindo todas as testemunhas cujos depoimentos podessem guiar esta Comissão na descoberta da verdade em que tanto se empenhou.

Começou por ouvir o cidadão Arthur Paes, que perante o vice-presidente da Comissão Municipal acusára, verbalmente, o secretario Firmino de Vilhena de Almeida Maia de gravissimas irregularidades e contra quem no jornal, *O Aveirense*, de que é director, vinha trazendo uma violenta campanha.

Acusou o cidadão Arthur Paes o secretario de defraudar a Câmara:

fornecendo impressos por preços excessivos;

apresentando á assignatura do Presidente folhas em que, ou figuravam nomes supostos ou se referiam trabalhos que não haviam sido fornecidos;

abrindo as propostas para o fornecimento de impressos.

Ainda o acusou de ter defraudado a Câmara quando do afuramento do terreno em que veio a construir a casa em que habita.

Não forneceu, porém, elementos mais valiosos do que as palavras com que formolou as suas acusações nem tão pouco deu explicações claras e suficientes que habilitassem esta Comissão a inquirir com maior facilidade.

Limitou-se a apresentar para testemunhas a Tromaz de Pinho Ravara e a Jeronimo da Silva Veiga que tinha sido por muito tempo empregados no *Campeão das Provincias* donde fôram despedidos e onde não voltaram; indicando mais tarde, e verbalmente, a José Bernardes da Cruz, proprietario da tipografia Minerva.

No empenho de apurar com rigor e escrupulo a verdade, a Comissão não só ouviu estas testemunhas como ouviu todos os empregados desta Câmara que fazem ou teem feito serviço na sua Secretaría: José Lopes do Casal Moreira, João Maria Pereira Campos, Manuel dos Santos Silva, Manuel Marques, Aurelio da Costa e Oliveira, Miguel dos Santos Gamelas, José Rodrigues Mieiro, Joaquim Vicente Ferreira e Emilio Augusto de Campos;

todos os presidentes da Câmara com quem serviu o secretario: dr. Jaime de Magalhães Lima, dr. Alvaro de Moura Coutinho de Almeida d'Eça, João Pedro de Mendonça Barreto, Gustavo Ferreira Pinto Basto, dr. José Maria Soares, dr. André dos Reis, dr. Carlos Alberto da Cunha Coelho, José Marques de Almeida e Manuel Augusto da Silva, assim como ouviu todos os individuos cujos nomes fôram indicados na intercurrencia da sindicancia: Florentino Vicente Ferreira, tesoureiro municipal, José Maria da Costa Junior, Bernardo Ferreira da Fonseca, Alfredo de Pinho, Antonio Simões Cruz, Manuel Bernardes da Cruz, Julio de Sousa Maia, José Alexandre Simões e os antigos vereadores José de Almeida dos Reis e Aniano de Pinho Vinagre.

Declara a Comissão que o seu Presidente convidou por vezes o cidadão Artur Paes a indicar mais testemunhas que pudéssem corroborar as suas acusações, o que este não fez nunca, e por isto esta Comissão mais ninguem ouviu.

Como vêdes foram muitas as testemunhas que ouvimos e dentre tantas nenhuma forneceu elementos que provassem serem verdadeiras as acusações que o cidadão Artur Paes fazia ao secretario désta Câmara.

Assim, todos os presidentes da Câmara com quem serviu o secretario vieram afirmar desconhecer os factos irregulares cuja responsabilidade se lhe imputava, declarando alguns que nem era possivel poder o secretario pratical-os, afirmando quasi todos, pelo contrario, que era incapaz de qualquer acto menos regular no intuito de lesar o municipio em proveito proprio ou alheio; e désta maneira, dentre tantos empregados da Câmara que fôram ouvidos, dentre todas as outras testemunhas incluindo Thomaz Ravara e Jeronimo da Silva Veiga, ninguem corroborou as acusações e antes a maior parte quiz que ficásse registada a afirmação que faziam de que o secretario era um homem cuja honestidade estava acima de qualquer suspeita.

Todos, não; esqueciamo-nos de que, José Bernardes da Cruz, proprietario da tipografia Minerva, que foi fornecedor de impressos para a Câmara, deixando de o ser desde que por uma questão de preço se deu o fornecimento a outrem, e seus dois filhos Antonio Simões Cruz e Manuel Bernardes da Cruz, se referiram aos factos irregulares apontados pelo cidadão Artur Paes, como a outros factos tambem irregulares, afirmando, é certo, que tinham dêles conhecimento apenas por ter ouvido referil-os e não porque os conhecessem directamente.

* * *

Limita-se esta Comissão a chamar, simplesmente, a vossa atenção para passagens de alguns depoimentos que julga dever aproximar.

Indicou o cidadão, Artur Paes para testimunhas, Thomaz Ravara e Jeronimo da Silva Veiga. Thomaz Ravara declarou que não conhece nenhuma burla praticada pelo secretario para o favorecer na arrematação de impressos em prejuiso de qualquer outro concorrente, recordando-se apenas que de uma das vezes o concorrente José Bernardes da Cruz, proprietario da tipografia Minerva lhe disséra que o secretario violára a sua proposta, mas que tal não acha possivel por a carta ser lacrada nos quatro cantos. Interrogado sobre os factos irregulares cuja responsabilidade se imputa ao secretario, declara que não conhece nenhum actó deshonesto do secretario que concidéra um homem honrado ainda que para êle tenha sido muito máu.

Declarou mais, Thomaz Ravara, que foi o cidadão José Bernardes da Cruz quem lhe disséra ter o secretario violádo a proposta; José Bernardes da Cruz quando depoz afirmou ter ouvido dizer que a sua proposta fôra violáda pelo secretario a Jeronimo da Silva Veiga; Jeronimo da Silva Veiga afirma no seu depoimento que *nunca tal disse nem podia dizer*; *que ouviu referir esse facto mas não se recorda a quem. Na presença de José Bernardes da Cruz manteve a sua afirmação, acrescentando que lhe parecia que fôra na tipografia Minerva que pela primeira vez ouviu referir tal facto.*

O cidadão Arthur Paes que esperou a Tomaz Ravara quando este veio fazer o seu depoimento e com quem conversou demoradamente antes dêste depôr, veio declarar depois ao Presidente désta Comissão que Ravara fôra subornado não apresentando, é certo, provas da afirmação que adiantava. Esta Comissão tratou de inquirir e não apurou que hovesse fundamento para tal afirmativa, havendo mesmo uma carta de Ravara, que vai apensa a este processo, em que este confessa que o cidadão Artur Paes o convidára *a calmar-lhe em cima para que o secretario o abafasse em massas.*

* * *

Jeronimo da Silva Veiga que *viria contar os roubos do secretário*, como nos dizia em bilhete o cidadão Arthur Paes, indicando uma série de perguntas que desejava se fizessem e que esta Comissão formulou integralmente, declarou que *não conhece nenhum acto menos honesto do secretário e que o estar de relações cortadas com êle por motivos particulares, que não vem para o caso referir, não impéde de o considerar um homem bom e honesto* e não confirma nenhuma das acusações que o cidadão Arthur Paes faz ao secretário.

Esta Comissão não póde deixar de vos relatar que Antonio Simões Cruz afirmou que ouvira a João Augusto de Mendonça Barreto que o secretário abria as propostas quando da arrematação dos impressos. Este, intorrogado, declarou em carta que *nunca tal poderia ter dito porquanto além de desconhecer o facto apontado de ha muitos anos, nenhumas relações tem com semelhante individuo.*

Tambem fez referencia a uma proposta feita em nome de Jeronimo da Silva Veiga e que este lhe declarára ter sido emendada ou rasurada. E'sta proposta de 1909 vae apensa ao processo e podereis vêr o nenhum fundamento désta afirmação; aludindo ainda outros factos de que teve conhecimento por Jeronimo da Silva Veiga e que não se prova terem sido praticados pelo secretário désta Câmara.

Falta-nos indicar simplesmente uma passagem do depoimento de Manuel Bernardes da Cruz que declarou *não conhecer directamente nenhuma irregularidade cometida pelo secretário da Câmara, mas que indirectamente conhecia as que ouvira referir a Tomaz de Pinho Ravara e a Jeronimo da Silva Veiga que já fôram referidas todas e todas respeitantes ao fornecimento de impressos, e que não corroboraram nos seus depoimentos e até negaram em cartas, que vão apensas, Tomaz Ravara e Jeronimo Veiga.*

Manuel Bernardes da Cruz disse a Julio de Souza Maia para que este, que tinha mais confiança do que êle com o secretario Firmino de Vilhena, lhe dissésse para chamar o cidadão Artur Paes por que talvez fôsse possivel chegarem a um acordo dando Firmino de Vilhena algum dinheiro a Artur Paes. Esta Comissão não compreende o fim désta *démarche!*

Nada mais temos a relatar-vos.

Da leitura atenta do processo resalta claramente o nenhum fundamento das acusações que o cidadão Artur Paes fez a não ser que este possua as provas que não quiz apresentar escudando-se numa rasão futil e inaceitavel.

Sendo convidado o cidadão Artur Paes para apresentar as provas da sua acusação num praso de 24 horas, não o fez; pois o praso era suficiente porque nos parece que o cidadão Artur Paes não devia acusar senão sobre factos concretos de que tivésse conhecimento seguro e as provas na sua mão.

Terminâmos. Dum lado tendes as acusações feitas pelo cidadão Artur Paes, que nem as testemunhas que este indicou confirmáram, referentes a actos que só indirectamente conhecem José Bernardes da Cruz, Antonio Simões Cruz e Manuel Bernardes da Cruz, não encontrando esta Comissão em todo o processo provas que as fundamentem. Do outro lado tendes o testemunho de todos os empregados da secretaría, de todos os presidentes da Câmara, entre os quaes figuram homens da estatura moral de Jaime de Magalhães Lima e Gustavo Ferreira Pinto Basto, sem desprimor para nenhum outro, pois todos nos merecem elevado grau de consideração, que veem afirmar desconhecer qualquer acto que os leve a

duvidar da honestidade do secretârio.

Terminando, assegura-vos esta Comissão que procedeu sempre com a maior independencia e imparcialidade dando á acusação a maior latitude, não chegando a ouvir o secretario a quem muitas das vereações deixaram registadas, no livro de actas, referencias altamente elogiosas, por achar sem fundamento algum as acusações que lhe faziam.

Aveiro, 1 de junho de 1912.

A Comissão de sindicancia,

(aa) *Luiz de Brito Guimarães*
Daniel Gomes de Álmeida
Viriato Fernando de Sousa.

A' vista do exposto, só nos resta acrescentar, mesmo porque não temos tempo para mais, que o sr. vice-presidente da câmara, Manuel Augusto da Silva, usando da palavra, se referiu em termos elogiosos ao secretário, declarando que êle devia rejubilar por haver sido deferido o seu pedido de sindicancia aos seus actos pela qual mais uma vez se provou, o que era do conhecimento de todos: a sua honestidade, e da qual saiu absolutamente ilibada a sua honra, como, de resto, sempre esperou, visto consideral-o absolutamente um homem de bem; e propôz, com aplauso e concordancia de toda a Câmara, que as suas palavras ficassem registadas na acta da sessão.

Por seu turno o sr. Presidente declarou tambem que, não tendo feito o seu depoimento no processo de sindicancia, visto ser o presidente da comissão que o organisou, aproveitáva a ocasião e o logar para declarar que nunca esperou que se pudéssem provar as acusações de que o secretario era arguido, porque era-lhe grato afirmar, que durante o tempo em que tem exercido o cargo de Presidente do municipio, só tem encontrado rasões para o considerar um homem de bem e que do seu cargo se tem desempenhado com lealdade e zêlo.

E eis tudo, porque mesmo não é preciso mais nada para aquêles, que como nós, alheios ao desenrolar dos acontecimentos, esperávam a quéda do pano sobre o acto final para pedir justiça, mas justiça que deixe indelevelmente marcado para todo o sempre o vilão ou vilões protogonistas da peça com o indelevel stigma: —canalhas!

Armazens do Chiado

Começa hoje a anunciar no nosso jornal os artigos que expõe á venda a sua sucursal em Aveiro, esta conceituada casa comercial, sem desdouro para as outras, uma das primeiras que se acha nas condições de poder competir em preços com as suas congeneres. Para esses anuncios chamâmos a atenção dos leitores cértos como estâmos de que alguma coisa lucrarão com isso, pois nos *Armazens do Chiado*, além dum enorme sortido de tudo quanto expõem á venda, encontrarão pessoal competentissimo e atencioso a principiar pelos gerentes, srs. Francisco Lopes e José da Costa Lobato.

NOTAS DA CARTEIRA

Estivéram esta semana em Aveiro e déram-nos a honra da sua visita, os srs. dr. José Lopes de Oliveira, João Ferreira, Manuel Dias dos Santos, Antonio de Brito e José Henriques do Couto.

= Parte na segunda-feira para Melgaço o nosso amigo e correligionario, sr. Antonio Maria Ferreira.

Procissões

Com as estampilhas inutilisadas na estação postal de Ilhavo, o que nos léva a crer que o *assinante*, que nos endereça a carta recebida, habite para os lados da Gafanha da Encarnação, tomámos conhecimento dum *protésto* que nos envia um cidadão qualquer, a quem muito desejariamos, pessoalmente, dizer o que aqui, em resposta, vamos consignar, e que da nossa parte apenas representa uma excessiva demonstração de cortezia para quem, de facto, a não merece, porque se esconde no anonimato, expediente facil para os que não teem a coragem das suas opiniões ou a razão bastante para a defeza dos seus principios.

O referido cidadão apresenta-se molestado porque num numero anterior do *Democrata*, a proposito dos cortejos religiosos, aqui dissémos, escrevendo entre outras cousas o seguinte: *se na Gafanha ou na Murtoza pode haver com a crassa ignorancia popular uma transigencia, permitindo a autoridade a saída de procissões, etc.*

Não tem razão de se julgar ofendido o autor da carta com as nossas palavras, que não obedeceram ao intuito de ferir quem quer que seja. Não foi essa a intenção que ao escrevel-as nos animou e se a intenção é que faz a acção, não pode deixar o *ilustre critico* das nossas observações de aceital-as no campo onde élas devem estar.

Incontestavelmente, as numerosas populações da Murtoza e da Gafanha, pela sua densidade e condições especiaes de vida, tão identificada com a região em que habitam, são as mais atrazadas do distrito. Quer isto dizer que entre élas não existam cidadãos educados, inteligentes, patriotas e honestos?

Confrontando-se Portugal com outras nações tão superiormente adeantadas, quereremos significar que a dentro do nosso país todos serão ignorantes e atrazados? Certamente não. São formas de dizer, são confrontos na generalidade feitos e que por principio algum significam ou demonstram que não hajam dezenas de milhares de nobilissimas excéções.

Na parte respeitante ao outro ponto relativo á liberdade no campo de acção para religiosos e livres pensadores, o autor da carta baralha o assunto e confunde argumentos, evidenciando o seu completo desconhecimento da questão. Temos que distinguir e ha que destinguir. Convença-se que ninguem tenta no campo religioso — seja êle qual fôr — proibir que se gose plena liberdade e para isso está garantida a propria liberdade do culto. Mas é por isso mesmo que se éla está garantida, os catolicos não podem fazer imposições da sua religião aos livres pensadores nem estes do seu materialismo aos catolicos.

Como se conseguirá isto? Facilmente. Impondo o respeito mutuo entre os cidadãos. A egreja catolica para os catolicos, a egreja protestante para os protestantes, a rua, o campo, a casa, para os que ás egrejas não precisam ir, uns porque não tem crenças, outros porque entendem que para Deus ouvil-os não precisam fazer alarde dos seus principios religiosos, nem andar mostrando á curiosidade dos circumstantes o fervor ou a grandeza da sua fé. Reserve-se, portanto, e mantenha-se cada qual dentro da esféra da sua acção. Como para os que não creem na egreja, não lhe reconhecêmos o direito, e a propria lei lh'o véda, de na egreja desrespeitarem o culto e interromperem os actos religiosos, tambem não ha nem reconhecêmos direito aos catolicos de sairem da egreja com processões e com idolos, impondo aos outros a obrigação de se descobrirem e ajoelharem deante do que não acreditam, do que não acàtam e, que de facto, nada vale nem nada significa.

A liberdade não é cada um fazer o que quer. A liberdade é a nossa acção livre dentro do bem e do dever.

E posto isto, repetimos, mais desejariamos pessoalmente trocar estas impressões com o signatario da carta, para ficar mais intimamente convencido de que lhe faltou por completo a razão para as suas observações e ainda que désta vez, quem ainda *cuspiu para o ar caindo-lhe a saliva na cara*, foi êle, por que conhecêmos o adagio e sabemos onde temos a nossa.

Adega Social

Este estabelecimento que é propriedade dos nossos presados amigos Antonio Maria Ferreira & Irmão, deve fechar brevemente, na forma dos anos anteriores, por se ter esgotado a venda dos produtos da sua béla quinta do *Barbas*, os quaes mais uma vêz atingiram um completo sucesso, confirmado na larga procura que o público dêles fêz.

Sabêmos que os proprietarios do referido estabelecimento se acham intensamente penhorados pela prova de confiança que dos seus amigos e do público em geral continuam recebendo, o que muito nos apraz registar.

As obras do liceu

Com o assentamento do arco no andar superior do liceu, e em frente do patamar, estão concluidas as obras que modificaram, por completo, a divisão interna daquêle edificio. As grandes salas com os seus primitivos amfiteatros e que, sem comodidade, davam passagem dumas para as outras, desapareceram, dando em resultado o ficar aquêle andar com 7 explendidas divisões, não falando na bibliotéca. O andar terreo ficou tambem com 8 bélos compartimentos, em cinco dos quais têm funcionado todos os cursos, com os respectivos desdobramentos. No salão onde anteriormente funcionava a aula de ginastica estão instaladas — a secretaría, gabinete do reitor e sala dos professores. De lamentar é que estas tres divisões fôssem prejudicadas pelo espaço cedido para a saida dos alunos para a cêrca do liceu, que as indicações mais elementares da estética e da conveniencia aconselhavam que se fizésse pela porta que dá para as retrétes. Era uma serventia mais barata e comoda. Assim o tinha entendido quem fez o projecto das alterações, mas contrariou aquêle plano o então reitor do liceu, o que foi mais uma tremenda porcaria a que deixou ligado o seu nome, mas que, em breve, vai ser remediada. Com estas modificações fica o nosso liceu em condições explendidas para ser elevado a central, o que devia levar-se a efeito no principio do proximo ano lectivo, se houvésse vontade decidida.

Consta que o conselho escolar foi autorisado a gastar o dinheiro resultante da venda do terreno necessario para alargamento do teatro, na expropriação de uns casebres arruinados, com o fim de ligar a cêrca do liceu com o bairro do Alboi, e que constitue uma serventia de incontestavel utilidade.

Oraculos da mentira e aves agoureiras... mitradas

Nos antigos tempos utilisavam-se as aves para oraculos; banida esta crença, ficáram os preconceitos e asim dizem que os cisnes só cantam ao morrerem, crença que poetas e lunaticos teem referido sem uma só vez a constatarem: mas a tradição de sempre e em toda a parte assim o julga.

O nosso país é bastante povoado de aves canoras, das de bico amerelo, das agourentas e das de rapina, naturaes destas paragens, umas, aclimatadas outras, crusadas algumas e aninhadas muitas atraidas pela amenidade do clima e facilidade de encherem o papo. Todas elas teem feito grandes estragos, causádo dânos e prejuizos nêste abençoado torrão e docil povo.

Não é do palmipede migrador ou aclimatado dos lagos, que tratâmos; é dum bipede mudo que entre nós servía de enfeite ao trôno e de comilão da nação, que andava emparceirado com aves de rapina que tanto dâno material e moral causaram á nação, que foi preciso cortar-lhes as azas para não voarem alto e enxotar, pela segunda vez para longe, a negra passarada que andava no bando. Os aparentes cisnes, esvoaçando aturdidos no lago revolto, abriram os sagrados bicos para o canto final, sentidos por lhe terem inutilisado a plumagem de enfeite que encobria umas garras ocultas e, quem não conhecer bem esta especie de animalejos, julgará ouvir os verdadeiros nos paroxismos da morte. Puro engano. Porque isto são môchos que piam e que só perturbam os que crêem em maus agouros. Deixem cantar os bichos á vontade que êles não fazem mais que jogarem a dialetica que a catedra teologica lhes ensinou em Coimbra com a atenuação agora de que jogam em seu favor, quando antes se serviam da mesma dialetica para aporrinharem os outros.

E êles cantam o bem que se foi e não volta, cantam o choradinho do Cabral e do Couceiro, cantam emfim tudo o que a *musa antiga canta* sem que outro *mais alto valor se levante*.

A variedade do cantico deleita e como agora são animaes inofensivos por falta de garras, deixem-os cantar que em acabando a cantarola, assobiam; são canticos de guelas sacras com bicos postiços.

Esta veneranda passarada, —venerandos se intitulam êles uns aos outros—depois de desempoleirados do trôno onde cantavam de galo, já só podem piar de môcho; mas em todo o caso cautela amiguinhos, porque se o povo descobre que usais bico emprestado, aperta-vos o pescoço e éra uma vez as aves agourentas.

Despidos, por ordem superior, da roupagem relusente que encobria a malicia do vosso ser, transformados já, passai a nova metamorfose, deixai-vos de bicadas que ninguem teme ou gorgeios que não prestam e aproveitai a primavera com o sol benéfico que vos descasque o velho homem. Lucrareis e sereis tolerados. E se não estaes contentes, imitai os apostolos que, obedecendo aos preceitos do mestre, sacudiam as sandálias e buscavam outros logares e outras gentes. Ide até Roma ou Monte Carlo se quizerdes e não fareis cá falta. Com o pélo macio por fóra e iriçádo por dentro como burro, é que não fareis cá farinha.

Descanço nas pharmacias

Mappa das que se encontram abertas nos dias de domingo abaixo designados:

JUNHO	
DIAS	PHARMACIAS
9	REIS
16	MOURA
23	LUZ
30	RIBEIRO

O Democrata, vende-se em Lisboa na *Tabacaria Monaco* e *Kiosque Elegante*, no Rocio.

Homenagem

O nosso coléga local *A Liberdade* consagra parte do seu n.º de ontem, que é de oito paginas, ao professor José Casimiro da Silva, de quem publica o retrato acompanhado de elogiosas referencias aos seus méritos pedagogicos e scientificos.

Têve todo o cabimento a homenagem á qual nos associâmos.

Quéda ao rio

Quando na quarta-feira brincáva despreocupadamente junto da linguêta do caes, que se acha defronte do *Hotel Cisne*, caiu ao rio uma creança pequena, do Alboi, que foi salva por uns barqueiros que perto se encontrávam.

Como não é a primeira vez que casos semelhantes acontecem, sería bom que se tomassem providencias no sentido de obstar alguma fatalidade.

Passeio recreativo

Uma comissão de socios do Club dos Galitos resolveu promover um pitoresco passeio a Ilhavo no proximo dia 16 em automovel, estando já patentes as inscrições nas casas seguintes:

Domingos Guimarães, Augusto Reis, e Bernardo Torres. O preço da inscrição é de 500 reis podendo cada cavalheiro fazer-se acompanhar por uma dama.

O programa será em breves dias publicádo.

Vêr adeante ULTIMA HORA.

CORRESPONDENCIAS

Anadia, 4

No proximo passado domingo teve logar a arrematação, em hasta pública, dos passaes e casas de residencia paroquial dêste concelho, pela respectiva Comissão Concelhia de Administração dos Bens das Egrejas, ficando averiguado o seguinte resultado, dos maiores lanços:

Passal e residecia de Vilarinho	50$000
Passal e residencia de S. Lourenço	64$500
Passal e residencia de Sangalhos	40$100
Passal e residencia e duas leiras de mato, de Ancas. .	12$600
Passal e residencia de Avelãs de Cima	70$600
Passal e residencia e horta, da Moita.	25$000
Passal e residencia de Tamengos	5$600
Total.	268$400

Por não aparecer pretendente, não foi arrematado o passal de Avelãs de Caminho

= No tribunal désta comarca, e processado pelo respectivo delegado, respondeu hoje o professor Carvalho, da Mamarrosa, Oliveira do Bairro, em virtude de não ter comparecido como testemunha em certo dia nem ter aceitado a intimação para tal fim, sem autorisação do seu inspector, em razão de dever ser a este requisitado pelo juiz, o que não foi feito. O advogado de defeza, dr. José Sampaio, foi de parcer que o réu devia ser absolvido porque não tinha em vista faltar ao respeito á autoridade judicial, mas tão sómente cumprir a lei que não lhe permite sair da escola, em dias uteis, sem perigo de faltar, não sendo autorisado superiormente.

O juiz, entendendo que era conveniente estudar detalhadamente o caso, adiou a audiencia para o proximo dia 13.

C.

Castélo de Paiva, 3

Cumprimentâmos o nosso coléga de Sobrado de Paiva, que não conhecêmos, autor das correspondencias publicadas no *Democrata* n.ºs 221 e 222 do mez findo.

E' conveniente que o coléga vá denunciando os factos que se vão dando mas nunca com esperanças de que a lei seja cumprida. Não peça justiça que é bradar no...deserto! E' dar importancia a quem a não possue. Nós pedimos o cumprimento da lei com respeito a uma denuncia de transgressões de posturas municipaes, e foi-nos comunicado pela administração do concelho em oficio n.º 188 de 11 de julho de 1911 que a câmara não tomáva conhecimento. Este oficio vae ser publicado no nosso *Democrata*.

= Tornando-se público o barbaro crime cometido na pessoa de uma rapariga, e no sitio e caminho que vae da Frutuaria para a Cruz de Agra, perguntâmos: que deligencias se têm feito para punir o criminoso? Não é vóz pública que a rapariga é dos lados de Penafiel, e tem uma irmã no logar da Sadroeira, dêste concelho? Não sería vóz pública que o autor de tão barbaro crime fôra um individuo do logar do Castélo, de nome Joaquim, que pelo sobre nome não perca—*O Grangeio?* Este sujeito é uzeiro e vezeiro em taes atentados. Cumpram-se as leis e respeitem as instituições que é o essencial no tempo que vâmos atravessando.

C.

Cacia, 4

A pressa com que alinhavámos a nossa correspondencia ultima deixou com que não pudéssemos referir-nos á festa do Espirito Santo com aquéla latitude que desejávamos, dando apenas uma palida ideia do que fôram esses dias de alegre convivio com alguns amigos e conterraneos que viéram assistir a élas para depois retirarem de novo para as suas ocupações cotidianas.

Entre outros vimos aqui os nossos presados amigos srs. Celestino Batista da Silva, muito digno 1.º sargento de infanteria 24 e sua esposa, Manuel Simões Rema, Manuel Domingues Nina Junior e sua esposa, Manuel Simões Carrelo e sua esposa, José Maria de Almeida, Manuel Dias Nobre, José Simões Carrelo, etc., etc.

Os nossos bons amigos Manuel e José Rodrigues Neto, ha pouco chegádos do Pará, tivéram a amabilidade de oferecerem a muitos dos seus mais intimos um lauto jantar que decorreu no meio da maior alegria trocando-se afectuosos brindes entre os convivas a quem a festa deixou perduraveis recordações.

= Chegou á sua casa de Sarrazola com sua familia, o sr. Henrique Rodrigues da Costa, que conta demorar-se ali uma temporada.

= Com curta demora vimos nésta freguezia, o nosso correligionario e amigo, sr. dr. Marques da Costa, deputado por Oliveira de Azemeis.

= Faleceu no dia 28 do mez findo no logar da Quintã, o sr. José Vigario, cujo funeral se realizou com bastante concorrencia de pessoas das suas relações e da familia, a quem apresentâmos os nossos pezames.

= Os campos acham-se muito prometedores devido ao tempo que tem feito, contando os lavradores terem este ano uma bôa colheita.

C.

Pinheiro, 3

Tendo aparecido num papel déssa cidade, diversas alusões injuriosas á festa aqui realizada, inaugurando o retrato do chefe da nação, na escola oficial dêste logar, em correspondencias enviadas de Alquerubim e subscritas com as iniciaes A. D.—veio procurar-nos o sr. Antonio Duarte negociante ali estabelecido afim de nos declarar que lhe não pertence a paternidade de taes escritos, tendo feito a outros individuos, como sejam, que saibâmos, aos srs. Matos proprie-

tario e Bastos empregado postal, identica declaração á que ouvimos, apezar de taes letras com que veem subscritas as referidas correspondencias serem as iniciaes do seu nome a mesma declaração.

E' sem duvida indigno que se escolham, para esconder o verdadeiro autor dêsses escritos, letras que pela sua disposição levam a supor que pertencem a pessoas, de quem élas são pela ordem como vem indicadas, iniciaes dos seus nomes e apelidos.

E' uma deslealdade repugnante, denunciadôra apenas da premeditada covardia de quem a pratica, pois não só assim se exime á responsabilidado do que escreve, como a faz recair em quem não tem de facto a mais leve culpa no caso, como no presente, que atinge bem alta gravidade pelas referencias duramente injuriosas endereçadas ao chefe da nação.

Com a declaração do sr. Antonio Duarte muito folgamos e é com verdadeiro prazer que aqui a deixamos consignada como é de inteira justiça que pela nossa parte nunca nos eximimos a fazel-a a quem tão justamente a merece.

Para o caso chamâmos a atenção do ilustre delegado do Procurador da Republica.

=Faleceu a unica filhinha ao nosso bom amigo José Nunes Sequeira Junior, de S. João de Loure.

A perda dêsse anjinho que era a alegria do lar, a todos penalisou especialmente a seus paes de quem êle era o enlevo.

Acompanhâmol-os sincéramente na grandeza da sua dôr.

=Principiou de iniciar-se a baixa de preços no vinho, atenta a enormidade da colheita que se apresenta prometedora, sob todos os pontos de vista.

E' de receiar que com tal fartura tenhâmos, em relação, maior numero de admiradores do belo sumo da uva...

Valha-nos isso, como diria qualquer *Bébes*...

C.

Santarem, 5

Pelo sr. Secretário Geral do Governo Civil foi no dia 1 dêste mez dada posse ao novo Governador dêste distrito, sr. João Perpetuo da Cruz, á qual assistiram muitos funcionarios públicos e alguns elementos politicos désta cidade.

Dizem ser sua ex.ª um funcionario muito distinto e um republicano de pulso.

=No domingo passado viéram a esta cidade 700 excurcionistas de Lisboa, acompanhados da excelente Tuna dos Caixeiros, que á noite executou o seu lindo reportorio no Teatro Rosa Damasceno, havendo tambem ginastica, assalto á espada franceza, jogo de páu e luta grego-romana.

C.

Ultima hora

Entrada dos "paivantes„? — Tudo a postos!

Correm insistentes boatos da entrada do *exercito* de Paiva Couceiro em terras portuguêsas para o restabelecimento da monarquia dizendo-se ter passado para o norte um comboio especial com tropas que vão aguardar a vinda dos traidores.

Até á hora, porém, de ir para a maquina o nosso jornal nada se confirma oficialmente pelo que se nos afigura estar ainda retardado o *golpe decisivo*, como êles dizem.

SITUAÇÃO POLITICA

A gréve dos electricos — Outras noticias

Lisboa, 6 ás 19,10

Não ha nada de positivo ácêrca da solução da crise.

O chefe de Estádo tem ouvido já quasi todos os homens em evidencia no partido republicano estando agora reunidos em sessão conjunta, no palacio de Belem, a maior parte dêles, que para isso fôram convidados pelo sr. Manuel de Arriaga.

Nos centros bem informados dá-se como certa a subida ao podêr dum ministério formádo com elementos dos vários grupos politicos estando assim quasi posta de parte a ideia que alguns aventáram dum ministério extra-partidario.

Seja, porém, como fôr o que talvez não seja facil é termos govêrno novo antes do fim da semana visto a cada passo surgirem dificuldades e ser impossivel congraçar elementos que era um grande bem para o país se se deixassem de guerrear mutuamente, como infelizmente tem sucedido.

=A gréve dos electricos continúa ainda no mesmo pé sendo enormes os transtornos que aos habitantes da capital de aí adveem.

Apezar dos esforços empregados no sentido das partes bligerantes chegarem a um acôrdo, o que parece é que o conflito tende a tomar novo aspecto se atendermos a que já hoje houve algumas desordens motivádas pela resolução da companhia em recrutar pessoal novo para o seu serviço.

Decididamente isto eternisar-se-ha se não houvér alguem de preponderancia e prestigio que intervenha quanto antes para se chegar á desejáda conciliação que nos traga sem demora os meios de transporte indispensaveis á vida da capital.

=Entre os vários governadores civis que pediram a sua exoneração após a quéda do ministério, contam-se os efectivo e substituto de Aveiro, srs. Julio Ribeiro de Almeida e dr. Joaquim de Mélo Freitas.

=Fez sensação uma carta que hoje o *Mundo* publicou déssa cidade, a qual foi bastante comentáda nos cafés e outros pontos de reunião.

Já ouvimos falar num nome como sendo o do future governador dêsse distrito, mas por ora abstenho-me de o comunicar por me parecer prematuro tudo quanto se diga a tal respeito.

ANUNCIOS

Juizo de Direito

DA

COMARCA DE AVEIRO

Editos de 40 dias

(2.ª PUBLICAÇÃO)

Pelo juizo de Direito da Comarca de Aveiro e cartorio do escrivão do segundo oficio — Barbosa de Magalhães — nos autos de inventário de maiores por apenso á acção especial de divorcio que o inventariante e Cabeça de Casal, Luiz Henriques, divorciado, de Esgueira, moveu contra sua mulher Adelaide Pereira Henriques, actualmente auzente em parte incérta, correm éditos de quarenta dias a contar da segunda e ultima publicação dêste no *Diário do Govêrno* chamando e citando aquéla Adelaide Pereira Henriques, actualmente residente em parte incérta, para assistir a todos os têrmos, até final, do referido inventario, e nêle deduzir os seus direitos, sob pena de revelía.

Pelo presente são tambem citadas todas e quaesquer pessoas incértas que se julguem interessadas no referido inventário para virem deduzir os seus direitos nos têrmos da lei, sob pena tambem de revelía.

Aveiro, 28 de maio de 1912.

Verifiquei
O Juiz de Direito
Regalão.

O escrivão do 3.º oficio
Silverio Augusto Barbosa de Magalhães.